



G R U P O

ICT

Inteligência Consultoria Tributária



NOSSOS NÚMEROS



+1.500

Clientes atendidos



+500 milhões

Impostos recuperados



+10 Soluções

de Recuperação de Créditos



+70 Consultores

Especializados



Receba nossas boas-vindas



G R U P O
ICT

Av. Paulista, São Paulo, Brasil

Caso real recente

TRANSPORTADORA

INÍCIO: 2021 = FAT. = 0
FAT. MENSAL ATUAL: 4M



TRABALHO	VALOR	PERÍODO
4 EXCLUSÃO ICMS BC PIS E COFINS - ASSOCIAÇÃO	R\$ 91.509,70	03/2020 - 03/2021
9 EXCLUSÃO PIS E COFINS PRÓPRIA BASE	R\$ 1.144.079,89	04/2021 - 03/2026
10 INSUMOS	R\$ 496.569,94	2021 - 2025
TOTAL JUDICIAL	R\$ 0,00	
TOTAL ADMINISTRATIVO	R\$ 1.732.159,53	
TOTAL GERAL	R\$ 1.732.159,53	



VIA PIX DA RECEITA
PARA O CLIENTE

ICT



G R U P O

ICT

Franquia Ribeirão/Sertãozinho
whatsapp: (16) 3945-6278

contato@grupoict.com.br



NOSSOS SERVIÇOS



Revisão Fiscal de **PIS e COFINS - INSUMOS**



Revisão Fiscal da **Folha de pagamento**



Laudo Técnico de **Energia Elétrica**



Laudo Técnico de **Gás e Combustível**



Exclusão de **ICMS** da base de cálculo do **PIS e COFINS**



Exclusão do **ISS** da base de cálculo **PIS e COFINS**



Recuperação de **créditos tributários** sobre o ativo imobilizado - **CIAP**



Exclusão de **PIS e COFINS** da **própria base**



Exclusão do **ICMS - ST** da base de cálculo **PIS e COFINS**



Recuperação dos **Créditos de PIS e COFINS** das aquisições de **Diesel**



Benefício Fiscal para **Prestadores de Serviços Hospitalares** Redução Legal de Impostos (**IRPJ e CSLL**)



Juros sobre **capital próprio**



Subvenções Governamentais



DIFAL

ESTRATÉGIAS AVANÇADAS DE OTIMIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

Transformando conformidade fiscal
em vantagem competitiva e fluxo de caixa.



ICT



INDÉBITO PREVIDENCIÁRIO E **SISTEMA S:** MAXIMIZAÇÃO DE CRÉDITOS E REDUÇÃO DE CUSTOS



A tese do '**SISTEMA "S"** (20 salários mínimos)' é usada para argumentar que as contribuições ao Sistema S acima do limite de 20 salários mínimos não devem ser incluídas na base de cálculo do PIS e da COFINS.



Isso porque as contribuições destinadas ao Sistema S têm um **destino específico** e não devem ser tratadas como **receita bruta** sujeita a esses tributos.



Conseguimos solicitar a **Recuperação Tributária do "Sistema S"** do período a **partir de 2015** para nossos clientes.



**MAIS CRÉDITO
NO SEU CAIXA.
MENOS CUSTO
PARA SUA EMPRESA.**



**RECUPERE
VALORES PAGOS
INDEVIDAMENTE**



**MELHORE SEU
FLUXO DE CAIXA**



**SEGURANÇA
JURÍDICA**



**RESULTADOS
QUE GERAM VALOR**

**CRÉDITOS
PARA PAGAMENTO
COM DESÁGIO**

**IMPOSTOS FEDERAIS
E ESTADUAIS**



PRECATÓRIOS

FEDERAL

ESTADUAL

MUNICIPAL

JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO E CONCLUSÃO

Eficiência na Remuneração

O JCP permite remunerar sócios e acionistas com uma vantagem fiscal decisiva: o valor é considerado despesa dedutível para a empresa, reduzindo o IRPJ e a CSLL.

JCP vs. Dividendos

Enquanto dividendos não são dedutíveis, o JCP otimiza o lucro líquido após impostos, sinalizando saúde financeira e atraindo novos investimentos.

Transforme
sua carga tributária
em
investimento estratégico



RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS: PIS E COFINS SOBRE INSUMOS

OPORTUNIDADE ESTRATÉGICA

Custos essenciais à operação geram créditos que reduzem o desembolso mensal de impostos. Apuração rigorosa baseada nas Leis 10.637/02 e 10.833/03.

PROCESSO GRUPO ICT

Mapeamento completo da cadeia produtiva para identificar despesas elegíveis como insumos, maximizando a recuperação de valores retroativos e futuros.



Matérias-Primas

Produtos essenciais para a fabricação final.



Embalagens

Materiais necessários para a venda e transporte.



Serviços Essenciais

Manutenção e serviços vinculados à produção.



Energia Elétrica

Consumo direto no processo de industrialização.

EXCLUSÃO DO ICMS-ST DA BASE DO PIS/COFINS

FUNDAMENTO JURÍDICO

Seguindo a lógica da **"Tese do Século"** (RE 574.706), o ICMS recolhido por Substituição Tributária não deve compor a receita bruta da empresa, pois não se incorpora ao seu patrimônio.

VANTAGEM ESTRATÉGICA

A exclusão permite a redução imediata da carga tributária federal e a recuperação de valores pagos indevidamente nos últimos 5 anos, otimizando o fluxo de caixa operacional.

PÚBLICO-ALVO

-  Varejistas
-  Distribuidores
-  Setor Farmacêutico
-  Autopeças
-  Bebidas e Alimentos

EXCLUSÃO DO ISS DA BASE DO PIS/COFINS

Tese Jurídica (Tema 118 STF)

Discussão análoga à exclusão do ICMS, defendendo que o ISSQN não deve compor a base de cálculo das contribuições federais, pois o imposto municipal apenas transita pelo caixa da empresa sem se tornar receita própria.

URGÊNCIA ESTRATÉGICA

O ingresso judicial imediato é crucial para garantir o direito à recuperação retroativa antes de uma eventual modulação de efeitos pelo STF.



Público-Alvo

Empresas prestadoras de serviços tributadas pelo Lucro Real ou Presumido.



Redução de Carga

Diminuição direta do custo tributário federal sobre o faturamento bruto de serviços.



Recuperação de Indébitos

Possibilidade de reaver valores pagos indevidamente nos últimos 60 meses.



Segurança Jurídica

Alinhamento com a jurisprudência consolidada para tributos de natureza similar.

EXCLUSÃO DE PIS E COFINS DA PRÓPRIA BASE




Questionamento do Cálculo "Por Dentro"

Argumenta-se que o PIS e a COFINS não são receitas do contribuinte e, portanto, não devem integrar suas próprias bases de cálculo. Esta é considerada uma das principais "teses filhotes" do Tema 69.

Fundamento Jurídico (Tema 1067 STF)

A tese defende que incluir tributos no conceito de faturamento não possui respaldo constitucional, permitindo a recuperação de valores pagos indevidamente.

POR QUE AGIR AGORA?

-  **Modulação de Efeitos:** O STF pode limitar o benefício apenas a quem já ingressou com ação judicial antes do julgamento final.
-  **Segurança Jurídica:** Proteção imediata do direito à restituição dos últimos 5 anos.
-  **Otimização de Caixa:** Redução imediata da carga tributária efetiva sobre o faturamento.

SUBVENÇÕES GOVERNAMENTAIS E INCENTIVOS FISCAIS

Incentivos de ICMS para investimento não devem ser tributados pelo IRPJ e CSLL, preservando o capital para o crescimento do negócio.

BASE LEGAL ESTRATÉGICA

A Lei Complementar 160/2017 e o Art. 30 da Lei 12.973/2014 garantem a exclusão desses incentivos da base de cálculo federal, desde que destinados à implantação ou expansão de empreendimentos.



Segurança Jurídica

Proteção contra autuações fiscais indevidas sobre incentivos estaduais.



Preservação de Caixa

Manutenção integral do benefício recebido para reinvestimento direto.



Conformidade

Alinhamento rigoroso com as exigências de destinação econômica.

CRÉDITOS CIAP E ATIVO IMOBILIZADO

Investimento Transformado em Caixa

Investimentos em infraestrutura, máquinas e equipamentos geram créditos tributários de ICMS que muitas vezes não são aproveitados integralmente pelas empresas.

Recuperação Retroativa

Realizamos uma revisão minuciosa dos últimos 60 meses para identificar créditos não apropriados, garantindo uma injeção imediata de capital de giro.



Ciclo de Apropriação

O crédito é apropriado mensalmente ao longo de 4 anos.

1/48 por mês



Janela de Revisão

Análise de ativos adquiridos nos últimos:

5 Anos



Resultado Final

Redução do custo de aquisição e melhoria do EBITDA.

LAUDO TÉCNICO DE ENERGIA ELÉTRICA

Recuperação de Custos Operacionais

Setores produtivos têm direito ao crédito de ICMS sobre a energia elétrica consumida diretamente na industrialização. A grupo ICT quantifica esse direito com precisão técnica.

- 01** Vistoria Técnica: Análise detalhada das instalações e centros de custo de energia.
- 02** Medição Criteriosa: Quantificação do percentual de energia consumido na área produtiva vs. administrativa.
- 03** Emissão de Laudo: Documento técnico legal para fundamentar o aproveitamento mensal do crédito.



Indústrias em Geral



Supermercados



Panificadoras



Frigoríficos

CRÉDITOS SOBRE DIESEL E COMBUSTÍVEIS



RECUPERAÇÃO DIESEL (2022)

Oportunidade específica de recuperação de créditos de PIS/COFINS sobre a aquisição de diesel, fundamentada na regra da anterioridade nonagesimal após mudanças legislativas abruptas.

Janela de Oportunidade

Período de 11/03/2022 a 15/08/2022.

Público: Transportadoras e Indústrias



LAUDO DE GÁS E COMBUSTÍVEL

Apuramos créditos de ICMS sobre combustíveis (Diesel, GLP, GNV) consumidos em processos produtivos, empilhadeiras ou transporte de carga própria.

O laudo técnico é essencial para transformar o imposto pago em crédito estrutural, garantindo conformidade e segurança jurídica.

Foco: Máquinas e Frota Própria

MAXIMIZAÇÃO DE RESULTADOS: SETOR HOSPITALAR

Redução Drástica de Carga Tributária

Clínicas e hospitais no Lucro Presumido podem reduzir a base de cálculo do IRPJ de 32% para 8% e da CSLL de 32% para 12%.

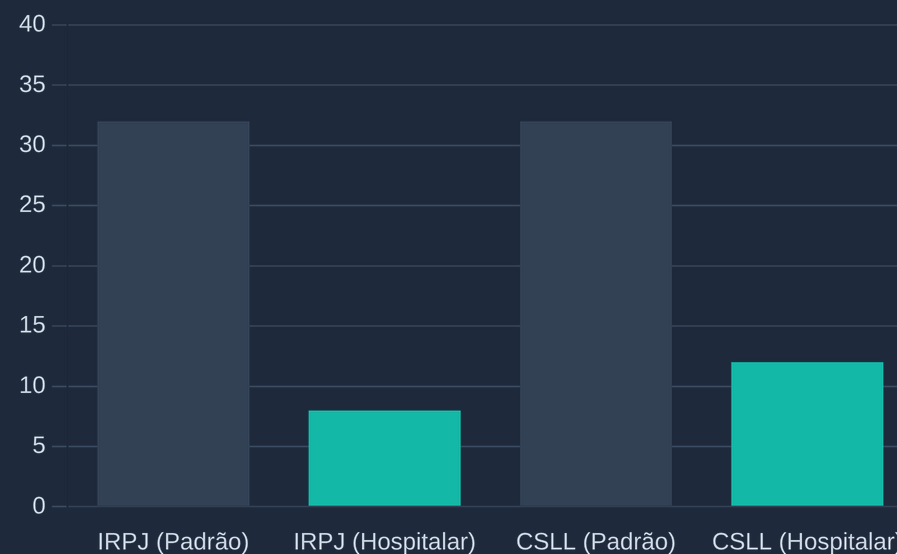
Requisitos de Elegibilidade

Necessário ser sociedade empresária, possuir estrutura de atendimento 24h e cumprir as normas da Anvisa.

Impacto Financeiro Imediato

A economia gerada permite reinvestimento em tecnologia médica e expansão do atendimento.

Redução da Base de Cálculo (%)



REVISÃO DA FOLHA E LIMITAÇÃO DO SISTEMA S



REVISÃO DA FOLHA

Análise técnica detalhada de encargos previdenciários (INSS, FGTS) e verbas indenizatórias. Identificamos pagamentos indevidos sobre horas extras, prêmios e enquadramentos incorretos de RAT/FAP.

Recuperação Retroativa

Revisão dos últimos 60 meses para restituição de valores pagos a maior.



LIMITAÇÃO SISTEMA S

Defesa da tese jurídica que limita a base de cálculo das contribuições destinadas a terceiros (SESC, SENAI, SEBRAE, etc.) ao teto de 20 salários mínimos federais.

Tese dos 20 Salários

Redução drástica e imediata do custo mensal para empresas com folha de pagamento robusta.